

RÁDIO COMUNITÁRIA, EDUCOMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL¹

Cicilia M.Krohling Peruzzo

Este texto objetiva refletir sobre as contribuições das rádios comunitárias para o desenvolvimento social que se aplicam também aos demais meios comunitários de comunicação. A opção em centrar o discurso a partir do rádio é para torná-lo mais concreto e compreensível. A associação das propostas a outras mídias é de fácil processamento pelo leitor. Trata-se de um estudo baseado em pesquisa bibliográfica e que procura trazer visões da prática a partir de estudos de casos realizados por outros pesquisadores.

De início, convém ressaltar que não está se referindo a qualquer rádio que se apresente como comunitária, mas especificamente a um tipo de emissora que realmente possa ser identificada como tal. A rádio comunitária que faz jus a este nome é facilmente reconhecida pelo trabalho que desenvolve. Ou seja, transmite uma programação de interesse social vinculada à realidade local, não tem fins lucrativos, contribui para ampliar a cidadania, democratizar a informação, melhorar a educação informal e o nível cultural dos receptores sobre temas diretamente relacionados às suas vidas. A emissora radiofônica comunitária permite ainda a participação ativa e autônoma das pessoas residentes na localidade e de representantes de movimentos sociais e de outras formas de organização coletiva na programação, nos processos de criação, no planejamento e na gestão da emissora². Enfim, se baseia em princípios da comunicação libertadora que tem como norte a ampliação da cidadania. Ela carrega, aperfeiçoa e recria o conhecimento gerado pela comunicação popular, comunitária e alternativa no contexto dos movimentos sociais na América Latina desde as últimas décadas do século XX.

Mas a flexibilidade na classificação das rádios comunitárias é recomendável, afinal como disse Tomas de Aquino, “a vida transborda o conceito”. Há casos históricos em que mesmo faltando um ou outro desses aspectos em uma rádio esta consegue prestar bons serviços à comunidade onde se insere. Há rádios que facilitam mais o acesso na programação. Outras, embora sejam conduzidas por pessoas comprometidas com a melhoria da “comunidade”, não têm tradição de facilitar o envolvimento amplo de representantes das organizações locais na gestão.

¹ Publicado no livro *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*, organizado por Raquel Paiva. Rio de Janeiro, Editora Mauad, 2007. p.69-94.

² Ver mais detalhes em PERUZZO (2004. p.243-258) e no artigo “Participação nas rádios comunitárias no Brasil (1999).

Há também emissoras de caráter religioso ou ligadas a universidades que se revelam como comunitárias em seus princípios e nas práticas cotidianas. Há programas de conteúdo comunitário dentro de emissoras comerciais que se valem da participação autônoma de cidadãos e de organizações locais. Em razão desta diversidade, há que se ter cuidado na classificação. Oportuno salientar, por outro lado, não ser necessário que uma única experiência comporte ao mesmo tempo todas as dimensões apontadas, pois fazer comunicação comunitária implica num processo que tende ao aperfeiçoamento progressivo, principalmente, quando assumido coletivamente.

Alfonso Gumucio Dragon (apud DETONI, 2005, p.280) foi muito feliz ao comentar sobre a evolução que uma rádio comunitária pode passar:

“A presença de uma emissora comunitária mesmo que não totalmente participativa, tem um efeito imediato na população. Pequenas emissoras geralmente começam a transmitir música na maior parte do dia, tendo assim um impacto na identidade cultural e no orgulho da comunidade. O próximo passo, geralmente associado à programação musical, é transmitir anúncios e dedicatórias, que contribuem para o fortalecimento das relações sociais locais. Quanto a esta cresce em experiência e qualidade, começa a produção local de programas sobre saúde ou educação. Isso contribui para a divulgação de informações sobre questões importantes que afetam a comunidade”.

O contrário às vezes também acontece, ou seja, emissoras começam democráticas e acabam sofrendo a centralização do poder de decisão e da palavra em poucas lideranças impingindo um caráter “presidencialista” à gestão e à programação. Em casos assim, estas pessoas tendem a serem vistas como donas da rádio. Mas a rádio comunitária não deve ter dono. Ela deve pertencer à comunidade. Em última instância, a rádio comunitária típica é aquela que a comunidade reconhece como sendo sua e por isso a protege e dela participa ativamente. Foi assim desde as rádios mineiras na Bolívia em meados do século passado, como também em emissoras comunitárias no Brasil desde a última década, principalmente quando ameaçadas de fechamento pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) e Polícia Federal³.

Engana-se quem pensa que as pessoas ficam alheias a comportamentos desviantes de lideranças de rádios comunitárias. Às vezes não têm canais para expressarem seus descontentamentos, mas quando a oportunidade aparece avaliam de modo muito claro. Por exemplo, em depoimentos a Lilian Bahia (2006, p.158), moradores do Morro de Papagaio comentam sobre uma possível mudança da proposta da Rádio União, situada no Aglomerado

³ Ver PERUZZO (2004, p.192-214; 1999, p.411-412) e LAHNI (2005) que mostram os casos das Rádios Mineiras da Bolívia e das rádios Novos Rumos e Mega FM no Brasil.

Santa Lúcia, região metropolitana de Belo Horizonte-MG. Segundo Reginaldo Mansueto, presidente do Conselho Comunitário, “com o passar do tempo, [...] ela está virando uma rádio comercial. [...] Não ganha dinheiro, mas deveria estar buscando mais coisas; antes ela trabalhava mais na comunidade, tinha até repórter... está faltando o pessoal sair para as ruas”, o que fez com que a rádio perdesse sua identidade comunitária. Outra liderança local, a pastora Elizabeth, da igreja Quadrangular, critica a falta de critérios em se averiguar o que é transmitido aos ouvintes. O padre Mauro reclama do linguajar desrespeitoso e, às vezes, ofensivo dos locutores (BAHIA, 2006, p.158).

Estes exemplos indicam que os caminhos tomados nem sempre condizem com os objetivos inicialmente traçados e, pelo que se observa, distorções deste tipo acontecem quando se descuida de alimentar a participação intensiva da comunidade na vida da emissora. Se existem canais efetivos de participação no planejamento da programação e na administração da emissora certamente existirão reuniões avaliativas nas quais os equívocos vão sendo analisados e corrigidos.

As finalidades de uma rádio comunitária são claras e a lei federal brasileira 9.612/98, apesar de todos os seus limites, prevê mecanismos que estimulam o cumprimento de tais propósitos, por exemplo, quando exige a formação de um Conselho Comunitário composto por, no mínimo, cinco entidades locais. A autorização para funcionamento de uma rádio comunitária sai em nome de fundações e/ou associações, a programação deve ser de interesse social e facilitar o acesso não discriminatório do cidadão. No entanto, ocorre que indivíduos e instituições no Brasil – por interesses políticos-eleitorais, financeiros, religiosos ou de outro tipo – por vezes, se apropriam do espectro de radiodifusão comunitária com outras finalidades. Este tipo de apropriação é uma distorção, pois a radiodifusão comunitária representa a conquista do acesso aos meios de comunicação por parte dos movimentos populares e das comunidades. Tal acesso demorou a ser legalizado no Brasil e constitui hoje uma das poucas formas viáveis de comunicação ao alcance das “comunidades”.

Por outro lado, os indivíduos e instituições têm o direito de usufruir das ondas do rádio de baixa potência, seja com finalidades sociais, comerciais, políticas e/ou evangelizadoras, mas sem a apropriação indevida do espectro da radiodifusão comunitária. Em face da necessidade de tais segmentos, pergunta-se porque não se cria no Brasil uma legislação específica de rádio local que permita este outro tipo de emissoras. Entende-se que uma lei específica que contemplasse estes segmentos atenderia a demandas legítimas por rádio local por parte de micro-empresários,

universidades e irmandades religiosas e evitaria o uso distorcido da radiodifusão comunitária. Seria uma maneira de democratizar ainda mais os meios de comunicação no País.

Voltando à questão da diversidade de emissoras, falando agora de uma perspectiva mundial, as rádios comunitárias comportam uma riqueza de experiências e são valorizadas e reconhecidas pela Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC), como se pode ver por sua definição do que seja uma rádio comunitária:

“Radio comunitária, radio rural, radio cooperativa, radio participativa, radio livre, alternativa, popular, educativa... Se as estações de radio, as redes e os grupos de produção que constituem a Associação Mundial de Rádios Comunitárias se referem a eles mesmos por meio de uma variedade de nomes, suas práticas e perfis são ainda mais variados. Algumas são musicais, outras militantes e outras musicais e militantes. Localizam-se tanto em áreas rurais isoladas, como no coração das maiores cidades do mundo. Seus sinais podem ser alcançados a uma distância de apenas um quilômetro, na totalidade do território de um país ou em outros lugares do mundo via ondas curtas. Algumas estações pertencem a organizações sem fins lucrativos ou a cooperativas cujos membros constituem sua própria audiência. Outras pertencem a estudantes, universidades, municipalidades, igrejas ou sindicatos. Há estações de radio financiadas por doações provenientes de sua audiência, por organismos de desenvolvimento internacional, por meio de publicidade e por parte de governos” (QUÉ HACE..., [s./d], www)⁴.

Na mesma linha da entidade-mãe, a AMARC Brasil também reconhece a diversidade de rádios comunitárias, mas enfatiza o caráter de interesse público requerido das mesmas:

“...Distintos nomes e um mesmo desafio: democratizar a palavra para democratizar a sociedade. Grandes ou pequenas, com muita ou pouca potência, as rádios comunitárias não fazem referência a um "lugarejo", mas sim a um espaço de interesses compartilhados. Nestas emissoras pode-se trabalhar com voluntários(as) ou pessoal contratado, com equipamentos caseiros ou com o que há de mais desenvolvido tecnologicamente. Ser comunitário não se contrapõe à produção de qualidade nem à solidez econômica do projeto. Comunitárias podem ser as emissoras de propriedade cooperativa, ou as que pertencem a uma organização civil sem fins-lucrativos, ou as que funcionam com outro regime de propriedade, sempre que esteja garantida sua finalidade sociocultural” (AFINAL... [s./d.], www)⁵.

⁴ Fonte: <http://wiki.amarc.org>

⁵ Fonte: <http://brasil.amarc.org/quemsomos.php>

As rádios comunitárias têm grande importância em várias partes do mundo, das Américas à Ásia. Sempre são vistas como fator de desenvolvimento social e, às vezes, recebem apoio dos governos locais por intermédio de programas específicos, de organizações não-governamentais, de igrejas, universidades e/ou da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Em Moçambique, na África, por exemplo, a UNESCO foi aliada incondicional do processo de implantação e sustentabilidade de emissoras radiofônicas comunitárias durante vários anos. Naquele país as rádios comunitárias, assim como a televisão e telecentros, são encaradas com propósitos explícitos de favorecer o desenvolvimento social e econômico visando a redução da pobreza absoluta⁶.

Tomas Jane (2005, p. 168), com base em estudo sobre as rádios e televisões comunitárias em Moçambique, conclui que estas “são fundamentais para o desenvolvimento das comunidades locais, por criar mecanismos de interatividade entre ouvintes, a rádio, os promotores do desenvolvimento (associações, ONGs, Instituições públicas e privadas etc.) e os líderes comunitários”. Outro estudo, desenvolvido pela equipe local da UNESCO, evidenciou os impactos positivos das emissoras, a exemplo da Rádio Gurúe, localizada na província de Zampézia. Acredita-se que desde a sua instalação se registraram muitas mudanças no seio da comunidade, por exemplo, “em relação à atitude e comportamento face ao perigo das doenças de transmissão sexual e HIV/SIDA[AIDS]; planejamento familiar, [...]vacinação, sementeiras, cheias e secas, o papel da mulher na sociedade, educação da rapariga, introdução de novas técnicas de produção agrícola”. Já a Rádio de Lago, em Niassa, acredita que ajuda a “comunidade local a ficar informada sobre a realidade da vila e do distrito, do país e do mundo. Constitui também um importante meio para a recreação e educação cívica dos cidadãos” (DIRECTÓRIO..., 2004, p.16-47).

Há décadas a UNESCO vem incentivado o uso dos meios de comunicação como fator de desenvolvimento social e local e, em folheto explicativo sobre “Centros Multimedia Comunitarios”, na parte sobre as rádios comunitários, ressalta:

“A rádio comunitária é pouco custosa, fácil de manejar e tem a vantagem de alcançar a todos os membros da comunidade em sua própria língua. Como meio de comunicação de massa, incrementa consideravelmente o potencial de desenvolvimento implícito no intercâmbio de informação, de conhecimento e de

⁶ Ver Tomas Jane (2005).

experiência. A rádio comunitária não só informa, educa e entretém, mas dota a comunidade de mais poder ao outorgar a palavra a todos ‘sem-voz’, com o que favorece a transparência nos assuntos públicos” (UNESCO ..., [s./d.]).

A importância da comunicação comunitária enquanto meio facilitador do exercício dos direitos e deveres de cidadania é inegável em muitas localidades no Brasil e por onde ela se efetiva na perspectiva de uma comunicação pública. Talvez esta seja a razão da falta de políticas condizentes para o setor no Brasil, comprovada pela perseguição⁷ às rádios comunitárias e por uma legislação que procura mais dificultar do que favorecer a sua ação. Afinal, o desenvolvimento social não interessa a todos os setores da sociedade.

Papel das rádios comunitárias na educomunicação para a cidadania

Qualquer rádio⁸ pode contribuir para o desenvolvimento social e local, mas as rádios comunitárias têm potencial especial para isso. Por que? A razão de ser do meio comunitário de comunicação está baseada no compromisso com a melhoria das condições de existência e de conhecimento dos membros de uma “comunidade”, ou seja na ampliação do exercício dos direitos e deveres de cidadania.

Normalmente o termo desenvolvimento é usado para expressar alto grau de progresso econômico, social, político e tecnológico alcançado por uma sociedade ou por um conjunto de nações. Mas todo desenvolvimento só faz sentido se estiver a serviço de cada pessoa e da coletividade como um todo, sempre baseado na participação ativa dos cidadãos. Portanto, a questão do desenvolvimento não pode se restringir a aspectos econômicos ou a aumento de renda. Este deve se dar de maneira integral e sustentado em condições que lhe permita ser duradouro e igualitário⁹.

Em outras palavras, desenvolvimento quer dizer avanço na qualidade de vida, quer dizer ampliação dos direitos de cidadania e pressupõe: a) a igualdade de acesso aos bens econômicos e culturais; b) possibilidades de participação política – desde participação nas pequenas associações até nos órgãos dos poderes públicos; c) usufruto das benesses geradas a partir da riqueza produzida socialmente e redistribuída por meio de salários e dos serviços de educação, saúde, transporte, segurança, tecnologias de comunicação etc.

⁷ Têm sido fechadas, em média, 200 emissoras por mês nos últimos tempos. Ver Peruzzo (2005).

⁸ O mesmo pode ser dito em relação ao jornal, televisão, internet etc.

⁹ Estes aspectos foram trabalhos com mais profundidade no texto Mídia comunitária, liberdade de expressão e desenvolvimento (PERUZZO, 2003. p. 245-264).

As maiores conquistas em direção ao avanço da cidadania têm relação direta com o grau de consciência, organização e ação das forças progressistas da sociedade civil para fazer valer os seus interesses e necessidades. Desenvolvimento implica, portanto, ampliação dos direitos de cidadania. Fala-se em ampliação de direitos porque de fato alguns direitos já foram conquistados como, por exemplo, o voto universal, a liberdade de expressão etc. E o que dizer da igualdade de acesso a bens econômicos e a condições dignas de vida? Neste sentido a desigualdade é visível e ainda há muito que avançar.

A cidadania é conquistada e não um presente dos governos (DEMO, 1988). É justamente no processo de mobilização para a ampliação da cidadania que as rádios comunitárias têm relevante papel a desempenhar. Elas podem contribuir efetivamente para o avanço do desenvolvimento social e local a partir de várias maneiras, desde os conteúdos que divulgam até a participação no próprio processo de fazer rádio.

Enquanto unidade de produção econômica, a rádio comunitária impulsiona a aplicação de recursos na “comunidade” por meio da aquisição de equipamentos e instalações, do trabalho investido (remunerado ou não), da inversão de valores na manutenção de equipamentos e na aquisição de produtos de consumo (discos, fitas etc.). As emissoras comunitárias contribuem ainda, na área econômica, por intermédio da divulgação de unidades produtivas e de serviços locais (comércio, festividades, campanhas educativas) - o que por sua vez incentiva a geração de outros recursos -, da prestação de serviços de áudio a segmentos locais, da realização de cursos de formação de curta duração (preparação das equipes), assim como da produção dos bens culturais veiculados, entre outros aspectos.

No âmbito dos conteúdos e da gestão, quanto mais democrática for uma rádio comunitária, mais estará contribuindo para ampliar o exercício dos direitos e deveres de cidadania. Neste sentido, é recomendável que alguns princípios norteadores sejam levados em conta, tais como: participação ativa, democracia, caráter público (programação cidadã), autonomia, gestão coletiva, vínculo com a cultura local, sem fins lucrativos.

Ser sem fins lucrativos não significa proibição de gerar recursos. Significa não ser movida por interesses financeiros e que os recursos sejam revertidos para a operacionalização do próprio veículo de comunicação e não para o lucro particular de alguém. Nas palavras de José Ignacio López Vigil, ex-presidente da AMARC e portador de grande experiência em rádio popular na América Latina, (2003, p.503): “não ter fins lucrativos significa não privatizar os benefícios que a emissora gera. Ou seja, os lucros não vão para o bolso dos donos”.

A seguir são apresentadas algumas pistas para se colocar em prática os princípios acima apontados nas rádios comunitárias e favorecer o processo educativo:

- a) O meio comunitário de comunicação deve servir de canal para o exercício da liberdade de expressão do cidadão e das organizações coletivas comprometidas com ações de interesse social;
- b) Instituir a propriedade coletiva e práticas participativas na gestão e na programação, de modo que a emissora não se caracterize como pertencente a pessoas individualmente.
- c) Abrir espaços para participação direta dos cidadãos no microfone (na página do jornal ou na tela da televisão ou do computador) para que expressem seus pontos de vista, suas conquistas, suas reivindicações, suas alegrias etc.
- d) Conceder espaço para a difusão de programas produzidos autonomamente por cidadãos, grupos de jovens e organizações coletivas da localidade. É importante zelar pela distribuição igualitária e plural deste tipo de espaço na grade de programação para que a rádio não se caracterize como tendenciosa, seja no sentido político, religioso ou outro.
- e) Criar canais (diretorias colegiadas, conselhos, comissões, assembléias, entre outros) para viabilizar a participação efetiva do cidadão e de suas entidades representativas nas instâncias de planejamento e gestão da emissora;
- f) Criar uma rede de repórteres populares (ou correspondentes populares¹⁰) constituída a partir de representantes de entidades civis organizadas e/ou por zonas geográficas ou bairros, setores, quadras, ruas etc. Esta iniciativa representa excelente mecanismo para manter programas jornalísticos sintonizados com a realidade local, ao mesmo tempo em que é favorecida a participação popular na programação;
- g) Criar sistemáticas de reuniões ampliadas de pauta (ou seja, para além da equipe gestora, contando com a participação de representantes¹¹ das organizações locais) para discussão dos assuntos a serem divulgados pelos programas jornalísticos;
- h) Dar prioridade a conteúdos de interesse público local centrados na informação de qualidade; explorar mensagens educativas sobre assuntos e situações vividos em cada localidade (prevenção de doenças, perigos que o tráfico de drogas pode representar,

¹⁰ Sobre o sistema de correspondentes populares na Nicarágua na época da revolução sandinista ver PERUZZO (2004, p. 259-265).

¹¹ É importante que se trabalhe com representantes (delegados indicados) das organizações para evitar distorções que são muito comuns quando a participação é estritamente individual. Por exemplo: 1) Garante a continuidade. Caso a pessoa pare de participar por algum motivo (mudança, doença etc.), a entidade indica substituto; 2) Evita que se fale a partir de interesses particulares (políticos, conflitos pessoais etc.), pois o participante está sendo responsabilizado enquanto representante de uma instituição; 3) Permite vínculos com organizações e movimentos populares, o que facilita a organicidade e a atualização dos assuntos. Quer dizer, os representantes se convertem em fontes para pautas jornalísticas.

principalmente, aos jovens, adolescentes e crianças etc.); tratar de temas que dizem respeito à realidade concreta da localidade onde a emissora se situa, principalmente assuntos que quase não têm espaço na grande mídia, ou seja, aqueles relacionados às atividades das organizações dedicadas a trabalhos visando o bem estar coletivo e à vida do “povo”, seu modo de ser, sua cultura. Neste sentido, cabe falar não só de problemas, mas também das festas do “povo”, e das conquistas dos movimentos populares. Cabe ainda prestar serviços de utilidade pública de acordo com a realidade de cada lugar. Há casos de rádios que avisam o dia de consultas marcadas em postos de saúde, mandam recados para parentes, ajudam a localizar crianças perdidas, devolvem documentos achados, fazem campanhas educativas etc. O importante é que cada rádio comunitária tenha a cara do seu lugar;

- i) Fornecer entretenimento que não agrida valores éticos e o respeito às pessoas em suas diferenças (idade, cor, gênero, nacionalidade, crenças, escolaridade, condição financeira etc.);
- j) Dar espaço para a difusão da criatividade popular, como por exemplo, a música, peças teatrais e outras formas de produção artística, científica e técnica geradas na própria “comunidade”.
- k) Atuar de modo integrado com as organizações sociais sem fins lucrativos atuantes na “comunidade”, de modo que a comunicação se realize como expressão das lutas coletivas locais e não como meio de comunicação exterior ou descolado do processo de mobilização social. Portanto, abre-se uma oportunidade ímpar para a prática do jornalismo público, orgânico e comprometido com as mudanças sociais;
- l) Contribuir para mobilizar os cidadãos e entidades sem fins lucrativos para a utilização e empoderamento¹² da rádio comunitária e de outros meios de comunicação (tv comunitária, internet etc.) com finalidades educativas e de desenvolvimento cultural;
- m) Discutir e optar por formas de arrecadação e aplicação de recursos que não comprometam o caráter público da emissora e que, ao mesmo tempo, viabilizem o seu funcionamento. Se a rádio comunitária se submeter aos mecanismos mercantilistas convencionais, provavelmente, sua perspectiva pública e comunitária poderá ser comprometida. Assim sendo, há que se ter princípios e práticas que garantam a aplicação de recursos somente para despesas de custeio, manutenção e re-investimento em equipamentos, e não para o lucro particular;

¹² Empoderamento quer dizer participação popular com poder de controle e de decisão.

- n) Zelar pela participação ativa e com poder de decisão dos cidadãos (eleitos como representantes por entidades ou em assembleias) em todas as instâncias deliberativas de gestão da emissora (conselhos, reuniões, assembleias), pois uma rádio comunitária feita coletivamente revela-se extremamente educativa para todos os envolvidos e também para os ouvintes;
- o) Zelar pela autonomia política em relação a empresas, poder público, partidos políticos, igrejas etc.;
- p) Oferecer treinamento por meio de cursos de curta duração a membros da “comunidade” para que muitas pessoas possam se capacitar e aperfeiçoar seus conhecimentos e se sentirem mais aptas para atuar na emissora;
- q) Criar mecanismos de avaliação de programas e da atuação da rádio como um todo, com participação aberta a pessoas da “comunidade”. A avaliação é uma maneira eficaz para se analisar o desempenho, corrigir erros e distorções e conduzir a emissora em direção ao aperfeiçoamento constante;
- r) Difundir conhecimentos e fatos que, embora gerados fora no âmbito comunitário, fazem sentido localmente e podem contribuir para aumentar o nível de informação e consciência crítica.

Evidentemente cada rádio comunitária desenvolve seu próprio caminho e estratégias participativas que elege como prioritárias. Portanto, nem toda rádio comunitária vai desempenhar plenamente todas as características acima mencionadas e de uma única vez, como já foi ressaltado. A qualidade participativa e também a qualidade da programação se desenvolvem lentamente e tendem ao aperfeiçoamento progressivo. O importante é que os parâmetros sejam traçados e postos em prática constantemente. Assim, é recomendável que a rádio comunitária formule seus objetivos e tenha uma visão clara e expressa de sua missão para que possam ser constantemente lembrados.

Uma rádio que permite a participação da população (por intermédio de representantes das organizações locais e de cidadãos identificados com a proposta) em níveis avançados (nas decisões estratégicas e na programação) contribui mais eficientemente para a ampliação da cidadania porque o processo de fazer rádio se torna altamente educativo.

Em resumo, a rádio comunitária contribui para o desenvolvimento, tanto pelas operações econômicas que desencadeia, como pelos conteúdos que transmite e pelo aprendizado que proporciona àqueles que participam do processo de planejamento, criação, transmissão de

mensagens e de gestão da mídia popular e alternativa. Portando, gera a educomunicação comunitária¹³, processo que se refere às inter-relações entre Comunicação e Educação informal (adquirida no dia-a-dia em processo não organizado) e não-formal¹⁴ (formação estruturada e pode levar a uma certificação, mas difere da educação formal¹⁵ ou escolar).

No nível conceitual, Educomunicação diz respeito às inter-relações entre Comunicação e Educação nos processos de educação formal, não-formal e informal. Na educação formal, a educomunicação se realiza quando “a escola se aproxima da comunicação”, quando a escola percebe que “os modos de apropriação do saber mudaram, e mudarão ainda mais na nossa sociedade que desenvolve as ‘indústrias do conhecimento’(indústria cultural)” (JACQUINOT, 1998, p.1-2).

Nas palavras de Ismar de Oliveira Soares ([s./d.], p.1), educomunicação define-se como um conjunto de ações destinadas a “integrar às práticas educativas o estudo sistemático dos sistemas de comunicação [...]; criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos [...]; e melhorar o coeficiente expressivo e comunicativo das ações educativas[...]”, como o uso de recursos de comunicação (rádio, jornal, vídeo, internet) no processo de aprendizagem.

Os estudos das inter-relações entre Comunicação e Educação privilegiam a educação formal, o que não deixa de ter uma importância extraordinária. Atualmente se tem valorizado muito a rádio-escola, por exemplo, como instrumento para melhorar os processos de ensino e aprendizagem. Mas neste texto se discute o tema a partir da educação informal e não-formal.

Parte-se do pressuposto de que se aprende não só nas escolas, colégios e nas universidades. Aprende-se também por intermédio dos meios de comunicação, na vivência cotidiana, nos relacionamentos sociais, ns reuniões das equipes, nas práticas comunicativas no âmbito da comunicação comunitária, nas oficinas visando melhoria do trabalho no rádio popular, ou seja, por dinâmicas de educação informal e não-formal. É neste âmbito que acontece a educomunicação comunitária.

¹³ Discussão inicial sobre educomunicação comunitária foi feita pela autora () no texto “Comunicação comunitária e educação para a cidadania” (2002). Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-2.htm>

¹⁴ Fundamenta-se aqui nos conceitos de Almerindo Janela Afonso (1989) (apud CARNICEL, 2005, p.48), para quem, “por educação formal entende-se o tipo de educação organizada como uma determinada seqüência e proporcionada pelas escolas, enquanto que a designação de educação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo-se um processo permanente e não organizado. Por último, a educação não-formal, embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém, das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita a não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo completo”.

¹⁵ No âmbito escolar entende-se a educação formal constituída a partir de instituições de ensino (Colégios, Universidades etc.)

Numa rádio comunitária, por exemplo, exercendo funções como a de redator, locutor ou de operador de som, criando roteiros de programas e participando da discussão e da tomada de decisões, as pessoas se desenvolvem. Aprendem a falar em público, desenvolvem sua criatividade e se percebem como capazes. E assim vão melhorando a sua auto-estima. Por vezes, pessoas passam a ter seus talentos reconhecidos, seja pela música, pelo espírito de liderança ou pela qualidade de locução. Melhoram os relacionamentos sociais. Simultaneamente, a experiência em veículos de comunicação comunitária também pode ajudar a apontar a alguns jovens novos rumos para o estudo e atividades profissionais, como a prática vem demonstrando. Como lembra López Vigil (2003, p.487), a auto-estima não ocorre somente no nível individual. “A comunidade se escuta e escutando-se, aumenta sua auto-estima individual e coletiva. Os vizinhos se conhecem mais, se reconhecem melhor. A rádio local constrói identidade”¹⁶.

Participando do processo de fazer rádio, jornal ou qualquer outra modalidade de comunicação comunitária, as pessoas vivenciam um processo educativo que contribui para a sua formação enquanto cidadãos. Passam a compreender melhor a realidade e o mundo que as cercam. Aprendem também a trabalhar em grupo e a respeitar as opiniões dos outros, aumentam seus conhecimentos técnicos, filosóficos, históricos e legais, ampliam a consciência de seus direitos. Desenvolvem a capacidade de expressão verbal, além de conhecerem o poder mobilizatório e de projeção que a mídia possui, em geral simbolizado no atendimento a reivindicações e ao reconhecimento público pelo trabalho de locutores. Aprendem ainda a entender os mecanismos de funcionamento de um meio de comunicação – desde suas técnicas e linguagens, até os mecanismos de manipulação a que estão sempre sujeitos. De posse desse conhecimento, formulam espírito crítico capaz de compreender melhor a lógica da grande mídia. A melhor forma de entender a mídia é fazer mídia.

Portanto, na comunicação comunitária ocorre um significativo processo de educomunicação na perspectiva do desenvolvimento integral da pessoa. Estas observações sobre a importância da comunicação comunitária como fator educativo não são meras suposições. Já foram evidenciadas em muitas experiências concretas, das quais são mostrados fragmentos a seguir, segundo as falas de seus protagonistas.

Em estudo sobre experiências comunitárias de comunicação na periferia da cidade de São Paulo, Daniele Próspero (2005, p. 98-106) identificou o avanço na percepção de si mesmo e do entorno onde moram jovens que participam do jornal *Becos e Velas Z/S*, por intermédio de um

¹⁶ Sobre a questão do reconhecimento e fortalecimento da esfera pública local por meio das rádios comunitárias, ver BAHIA (2006).

projeto desenvolvido no Jardim Ângela¹⁷, na zona sul da capital. Em entrevista concedida à Daniele, Érica de Souza comentou sobre a visão que tinha do bairro onde mora antes de se envolver na produção do Jornal: “Eu tinha vergonha de falar que morava na periferia e o nome do meu bairro, da escola. Quando alguém falava mal do bairro, eu chegava até mesmo a concordar. Eu não era uma pessoa muito participativa, não tinha noção das coisas”¹⁸.

Apenas para situar, Jardim Ângela tem sido apontado pela grande mídia como um dos bairros mais violentos de São Paulo. Mas, hoje, Érica já tem visão crítica da grande imprensa e afirma que “a mídia influencia muito negativamente. Eles não vêm aqui na região mostrar as coisas legais, positivas, os projetos sociais. Só vem quando matam 10. Sempre sensacionalista”. Ao que Juliana Santos arremata: “Mas, aqui tem várias pessoas maravilhosas. Você nunca vê nestas mídias as coisas boas da periferia sendo mostradas”.

O envolvimento no jornal comunitário também ajudou os jovens a compreenderem o entorno da cidade, conforme pode-se perceber no depoimento de Jacqueline Miranda: “Eu não tinha noção de tudo o que acontecia e não me interessava também. Eu tinha uma visão muito fechada”.

A ampliação do grau de informação e de conscientização advinda da participação na produção do jornal *Becos e Vielás Z/S* atingiu também o nível pessoal da vida dos jovens, como fica evidenciado na fala de Juliana Santos: “O Becos foi a primeira grande porta da minha vida. Aprendi muito. Fortaleceu em mim o desejo de estudar, de prestar vestibular.[...] Não acredito mais em tudo que vejo, leio ou que as outras pessoa dizem”. Já Francielle Jordânia, também em entrevista à mesma autora, avalia assim a sua participação:

“Foi uma mudança muito drástica. Antes de vir para cá [participar do projeto do jornal] eu estudava, via televisão, levava uma vida meio idiota. Daí, depois que eu comecei a me envolver, mudou muito. Você vai fazer matéria, conhece as pessoas. Eu não sei explicar. Foi muito bom. Eu sou filha única e tinha dificuldade em conviver em grupo. E aqui a gente precisa disso. Eu vou exercitando isso, em grupo, de respeito às diferenças. Eu melhorei como ser humano mesmo”.

É comum emergir o interesse de estudar jornalismo, fotografia, radialismo etc. por parte de jovens que se envolvem em experiências de comunicação comunitária. O coordenador da

¹⁷ O jornal *Becos e Vielás Z/S* é produzido com o apoio e iniciativa da Associação de Incentivo às Comunicações Papel Jornal, uma ONG organizada em 1999, que tem o apoio da Petrobrás, UNICEF, da ONG Moradia Cidadania e da empresa de assessoria de imprensa Máquina da Notícia. Tem sede no Jardim Ângela, zona sul da cidade de São Paulo.

¹⁸ O sentimento de não haver nada positivo no bairro onde moram, também foi detectado por Amarildo Carnicel (2005, p.462) em estudo realizado junto a jovens e adolescentes na periferia de Campinas, São Paulo.

Rádio Comunitária Heliópolis, situada na capital de São Paulo, Geronino Barbosa, por exemplo, começou a cursar a faculdade de jornalismo após o ingresso na emissora.

Outro estudo realizado em Juiz de Fora, Minas Gerais, na rádio comunitária Mega FM, evidenciou que os moradores que têm programas na emissora se sentem altamente recompensados pelo aprendizado que a participação proporcionou. Cláudia Lahni (2005., p.264-265) provocou os entrevistados com a frase “A mega na sua vida” e as reações foram, em parte, as seguintes: Erê: “Mudou tudo, sabe, me ensinou outros caminhos., [...] me deu uma visão. [...] Ensinou isso: a gente deve lutar pelos nossos direitos, cumprir nossos deveres, lutar pela nossa comunidade, não só onde é situada a Rádio, mas a comunidade que a gente alcançar”. Flavinho: “Mudou é, [...] até parar de [beber], porque eu saía, ia pros barzinhos, eu parei com isso tudo. [...] Agora, eu já vou preparar as coisas que eu vou falar lá”. Ana Paula: “Mudou a minha visão de rádio comunitária.[...] Eu não tinha noção de que era [...] tão importante pra comunidade, levar informação mesmo, é algo assim muito sério. [...] Eu aprendo a viver em comunidade, aprendo a respeitar as opiniões dos outros, aprendo a impor minha opinião”. Marcelinho: A Rádio está “encaminhando o meu futuro, porque agora eu tenho um ideal para seguir. [...] Agora eu tenho uma vontade muito grande de conseguir fazer um curso aí e seguir essa carreira” [de radialista].

Lahni (2005, p.245-258) mostra também os aspectos educativos explícitos nos conteúdos transmitidos que vão da informação jornalística (sobre temas locais e internacionais) à música, como por exemplo, o Rap crítico à hipocrisia e às desigualdades sociais.

Em Guararibas, sertão do Piauí, a Rádio Esperança foi construída – literalmente construída, do projeto às paredes do estúdio – com ampla participação das pessoas da localidade. Segundo documentário em vídeo sobre a experiência, ela foi apontada como prioridade na fase de implantação do Programa Fome Zero e é assumida como um bem público colocado a serviço da população. Proporciona o protagonismo de adolescentes, jovens e adultos na produção e difusão de mensagens e contribui para desenvolver as pessoas intelectualmente e como cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Como único meio de comunicação a que aquela população tem acesso, a Rádio Esperança leva informação, entretenimento e prestação de serviços de interesse local.

Em Santa Catarina, município de Jaguaruna, a rádio Sambaqui ajuda a desmistificar a imagem do radialista ou do profissional que trabalha na televisão. Em entrevista a Maria Terezinha Silva (2005, p.168), o Padre Angelo Bússolo comenta: “foi uma aceitação enorme por parte da comunidade; eles achavam mentira, no início, ter uma rádio na comunidade. [...] Quando

eles percebem que o pessoal que fala é o vizinho, desmistifica e, desmistificando, cria-se uma consciência maior na população de que eles também são capazes”.

Em outro trecho o Padre Angelo Bússulo aponta como a “comunidade” se sente quando reconhece a rádio como sendo sua: havia “muita consciência de que tínhamos o direito [à comunicação] e tínhamos que ir buscar o direito e defender o direito. Se fechassem a rádio a gente ia reabrir; se eles levassem os equipamentos a gente ia buscar outros equipamentos, mas a rádio [teria que estar] no ar” (SILVA, 2005, p.176).

Maria Terezinha da Silva (2005, p.171-172) também identificou na rádio Sambaqui o Itamar Moreira, de 41 anos, que se sente acolhido na emissora: “a rádio é tudo para mim. [...] A rádio me deu vida. Ela proporcionou desenvolver uma atividade, um trabalho que, quando eu perdi a visão, achei que não ia poder fazer nada. [...] Estou participando das notícias, [...] fiz curso de rádio, participo das reuniões, vou à associação dos moradores, eu convivo, eu desperto”.

De Fortaleza-Ceará, Maria Inês Amarante (2004, p.120) trouxe o depoimento de Simone Soares da Silva, aluna egressa da escola Centro Municipal de Educação e Saúde Professor Monteiro Moraes, onde funcionou a Rádio Sapiranga:

“A prática na rádio – se você visse no começo como eu era tímida -, me trouxe um grande desenvolvimento, uma evolução: [...] me ajudou a me expressar, a saber falar com as pessoas. Com certeza, ela foi um cursinho para minha vida. Além da expressão, em questões de saber, argumentar algumas coisas, refletir, saber criar, saber imaginar, visualizar o além, o depois, aprofundar nos assuntos”.

Estes são apenas alguns exemplos dos muitos que se tem notícia, de Norte a Sul do Brasil. Claro que há distorções, pois nem todas as experiências são perfeitas, mas em meio às imperfeições sempre há algum benefício a população local quando o assunto é mídia comunitária e local. O esforço de construção coletiva e a riqueza da diversidade de experiências apontam para a existência de outra comunicação em curso no Brasil e no mundo. Uma comunicação que é chamada de comunitária, popular, participativa ou alternativa e que tem como finalidade a transformação dos mecanismos opressores e o desenvolvimento integral das pessoas. Desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, artísticas, de convívio social, aprimoramento para o exercício de atividades profissionais e para a melhoria das condições de existência.

Em última análise, confirma-se, pois, que as rádios comunitárias e os demais meios de comunicação têm grande potencial para contribuir para o desenvolvimento da cidadania. Tanto pelos conteúdos que difundem, como pela participação dos cidadãos (mulheres e homens, sejam eles adultos, idosos, jovens e crianças) na própria feitura do meio de comunicação.

As contribuições por meio dos conteúdos difundidos se evidenciam claramente quando o assunto é comunicação comunitária. Mas, como se pode observar, os meios de comunicação comunitários se prestam também a funcionar como facilitadores de processos educativos mais amplos. Eles proporcionam o rompimento dos fluxos unilaterais de comunicação uma vez que instituem processos capazes de converter receptores em emissores e vice versa, realizando assim os princípios da comunicação dialógica tão tenazmente defendida por Mário Kaplún, Luiz Ramiro Beltrán, Juan Diaz Bordenave, Daniel Castillo Prieto e Paulo Freire, entre outros.

Diante do alto poder mobilizatório e de formação para a cidadania, é mister que tais meios comunitários de comunicação sejam democráticos, de modo a ampliar sempre mais o número de pessoas com acesso ao conhecimento pela via da participação direta e autogestionária na programação e na gestão. Quando o controle é concentrado, os maiores benefícios educativos tendem a se limitar a pequenas equipes.

Democratizar a comunicação implica na ampliação da geração de conteúdos dos setores não dirigentes e dominantes da sociedade, no aumento do número de emissores (proprietários), no incentivo à propriedade coletiva, não se restringindo, portanto, à propriedade privada da mídia, dar (ou melhor, devolver) a voz a população. Significa ainda potencializar mecanismos para que qualquer cidadão possa sair da condição de receptor para a de emissor, como sujeito da produção e difusão de conteúdos. Democratizar o setor significa ainda criar condições para o exercício partilhado do poder de decisão sobre o funcionamento dos meios comunitários de comunicação.

No conjunto da sociedade, os meios de comunicação participam cada vez mais da formação das crianças, jovens e adultos. Se a grande mídia está distante e fora do controle do cidadão – do ponto de vista do acesso a seus processos de produção e difusão de mensagens –, espera-se que os meios comunitários, e por que não dizer também os escolares, mais acessíveis aos usuários, possibilitem a participação efetiva do morador ou do educando.

Os meios comunitários, por estarem ao alcance do cidadão, no sentido da possibilidade de acesso (estão perto do ponto de vista territorial e têm o potencial de facilitar a participação do cidadão) se apresentam como grande oportunidade de dar aos canais de comunicação a dimensão social que possuem. Quem sabe assim se faria jus aos ideais de Roquete Pinto, que via o rádio como um “meio para transformar o homem, em poucos minutos, se [fosse empregado] com boa vontade, alma e coração”(apud MOREIRA, 1989, p.16), como também aos de Bertolt Brechet (1981, p.56) que, já em 1932, dizia ser “preciso transformar o rádio, convertê-lo de aparelho de distribuição em aparelho de comunicação”.

Se empregados com sabedoria – clareza no emprego de estratégias e táticas com vistas a ampliação do exercício da cidadania –, pelo menos nas rádios comunitárias e populares, nos canais de televisão comunitários, nos sítios populares na internet, nos jornais de bairros e alternativos, e assim por diante, estes canais permitem a materialização do potencial educativo transformador que detêm. Quiçá toda a mídia possa ser canalizada neste sentido, mas, enquanto o embate segue duro há que se garantir que a comunicação comunitária, popular e alternativa trace seu caminho tendo por base a democracia comunicacional e o interesse em socializar as benesses do desenvolvimento econômico, cultural e político.

Cidadania é um processo histórico que se desenvolve em conformidade com as configurações sociais (garantias legais, consciência política, consciência do direito a ter direito, poder de pressão etc.) de cada lugar e época. Assim, se em dado momento o mais importante é lutar por moradia, em outro, acrescenta-se a demanda pelo conhecimento (a exemplo do Movimento dos Sem Universidade - MSU), a fruição de bens culturais e ao direito a ter direito à comunicação.

As transformações nas sociedades – que incluem o desenvolvimento crescente das tecnologias de informação e comunicação –, explicitam a necessidade do resgate do debate em torno de uma dimensão da cidadania, um tanto relegada a segundo plano, além das tradicionais dimensões dos direitos civis, políticos e sociais, a dimensão cultural. Esta se expressa como direito à liberdade de acesso à informação e de fruir os bens culturais, mas também como direito comunicacional, ou seja, de acesso dos cidadãos aos meios de comunicação enquanto produtores e difusores de mensagens e não apenas como receptores, respeitadas as diferenças. Situar a cidadania cultural no contexto das rádios comunitárias se justifica porque, como explicita a Organização das Nações Unidas (ONU) desde os anos de 1960 e 1970, “desenvolvimento econômico não se faz sem o desenvolvimento cultural” e o ser humano deve ser “o agente e beneficiário, justificativa e fim do crescimento econômico” (EVANGELISTA, 2003, p.96).

Por fim, cabe salientar que o exercício das atividades de comunicação comunitária requer a preparação das pessoas para o uso das técnicas e tecnologias. Há, portanto, a necessidade de se adquirir competências, o que agrega a noção do direito ao acesso ao conhecimento técnico e especializado em comunicação. Infere-se que o direito à comunicação se vincula à educação formal, não-formal e informal, numa clara demonstração de como os direitos se entrelaçam.

A educação não-formal e a informal ocorrem na prática das lutas sociais, cujos protagonistas acabam proporcionando condições para a formação complementar de seus membros, o que gera um rico processo de educomunicação, conforme já explicitado. Mas, cabe também às instituições educacionais – do ensino fundamental ao superior - a inclusão mais

expressiva da educação para a comunicação e pela comunicação. Refere-se à presença das instituições educacionais incluírem estudos críticos sobre os meios de comunicação na sociedade e do uso das linguagens midiáticas (rádio-escola, vídeo, jornal, internet etc.) nos currículos e nas práticas de ensino-aprendizagem. A inclusão da comunicação com mais desenvoltura nas escolas e nos próprios cursos que formam professores na área da Educação, faria jus à importância crescente da mídia na sociedade, melhoraria as condições de aprendizagem, contribuiria para desmistificar a mídia e despertar o interesse em apropriar-se dela. Afinal, vivemos a era da sociedade da informação e da comunicação.

Considerações finais

Fazer rádio comunitária é coisa muito séria, mesmo que se faça descontraidamente e sem profissionalização específica. Não é preciso ficar preso a padrões e convenções do setor de radiodifusão, no que se refere a formatos de programas, ao jeito de falar, ao estilo musical etc. Aliás, é preciso mesmo inovar, criar nova maneira de fazer rádio. Não cabe a uma rádio comunitária reproduzir os padrões da mídia comercial. A questão não é concorrer com as emissoras comerciais para disputar a audiência, mas, sim, diferenciar-se pela qualidade dos conteúdos e pelo envolvimento popular. A atitude de concorrer com as emissoras comerciais, além de colocar as comunitárias sempre em desvantagem, tende a reproduzir um tipo de programação que pouco contribui para o desenvolvimento crítico e autônomo das pessoas. Desenvolvimento social significa crescimento integral da pessoa em todas as suas dimensões. Pode-se criar condições para que as pessoas se desenvolvam proporcionando-lhes a oportunidade de serem protagonistas da comunicação e não apenas consumidoras de mensagens.

A rádio comunitária é uma concessão de serviço público – como das demais emissoras – que se apresenta como um canal de comunicação que traz oportunidade sem igual de proporcionar à população a possibilidade de fazer sua própria comunicação. Este é o caminho para o empoderamento social das tecnologias da comunicação para que sirvam prioritariamente às necessidades humanas. Por meio das rádios comunitárias e outras formas de comunicação popular é possível fazer uma outra comunicação. O acesso do cidadão aos meios comunitários de comunicação, na condição de protagonista, é um direito humano fundamental.

Referências

AFINAL, PARA AMARC O QUE É UMA RADIO COMUNITÁRIA? Associação Mundial de Rádios Comunitárias. [s.l.; s.d.]. Disponível em: <http://brasil.amarc.org/quemsomos.php>
Acesso em: 01mar. 2006.

AFONSO, Almerindo Janela. Sociologia da educação não-escolar: reatualizar um objetivo ou construir uma nova problemática? In: ESTEVES, A. J.; STOER, S.R. (orgs.). **A sociologia na escola**. Porto: Afrontamento, 1989.

AMARANTE, Maria Inês. **Rádio comunitária na escola: protagonismo adolescente e dramaturgia na comunicação educativa**. São Bernardo do Campo: UESP, 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social).

BAHIA, Lílian Claret M. **A reconfiguração da esfera pública local pelas rádios comunitárias Inter-FM e União na região metropolitana de Belo Horizonte**. São Bernardo do Campo: UESP, 2006. 189 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social).

BRECHT, Bertolt. Teoria de la radio (1927-1932). In: BASSETS, L. (ed.). **De las ondas rojas a las rádios libres**. Barcelona: G.Gilli, 1981. p.48-61.

CARNICEL, Amarildo. **O jornal comunitário e a educação não-formal: experiências e reflexões**. In: FUSER, Bruno (Orgs.) **Comunicação alternativa: cenários e perspectivas**. Campinas: Centro de Memória da UNICAMP; PUC-CAMP, 2005. p.45-74

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1988.

DETONI, Márcia. **Radiodifusão comunitária: baixa potência, grandes mudanças? – estudo do potencial das emissoras comunitárias como instrumento de transformação social**. São Paulo: ECA-USP, 2—4. 136 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social).

_____. **Rádios comunitárias: revolução no ar**. In: BARBOSA FILHO, A.; PIOVESAN, A.; BENETON, R. (Orgs.). **Rádio sintonia do futuro**. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 277-287.

DIRECTÓRIO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS DE MOÇAMBIQUE. Compilado por Bronwyn Walker. Moçambique: UNESCO/UNDP, 2004.

EVANGELISTA, Ely G.dos. **A UNESCO e o mundo da cultura**. Brasília-DF: UNESCO; Goiânia: Editora da UFG, 2003.

JACQUINOT, Geneviève. **O que é um educomunicador?** Trabalho apresentado no I Congresso Internacional de Comunicação e Educação. São Paulo. Maio de 1998. Disponível em: www.usp.br/educoradio . Acesso em: 28 fev.2006.

JANE, Tomas J. **Comunicação para o desenvolvimento: o papel das rádios e televisões comunitárias na educação para o desenvolvimento local de comunidades locais de Moçambique**. São Bernardo do Campo: UESP, 2006. 180 f. Tese (Comunicação Social).

LAHNI, Cláudia Regina. **Possibilidades de cidadania associadas à rádio comunitária Juizforana Mega FM**. São Paulo: ECA-USP, 2005. 289 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social).

LÓPEZ VIGIL, José Ignacio. **Manual urgente para radialistas apaixonados**. São Paulo: Paulinas, 2003.

MOREIRA, Sonia Virginia. **O rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.

PERUZZO, Cicilia M.K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3ª.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. . **PCLA: Revista Pensamento Comunicacional Latino-Americano**. São Bernardo do Campo: UMESP/Cátedra Unesco, n.1, out./nov./dez.2002. Disponível em:
<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-2.htm>. Acesso em: 20 out.2005.

_____. Participação nas rádios comunitárias no Brasil. In: MELO, José Marques de; CASTELO BRANCO (Orgs.) **Pensamento Comunicacional brasileiro**. São Bernardo do Campo: UMESP, 1999. p.405-423

_____. Mídia comunitária, liberdade de expressão e desenvolvimento. In: PERUZZO, C.M.K.; ALMEIDA, F. F.de (Orgs.). **Comunicação para cidadania**. São Paulo: INTERCOM/ UNEB, 2003. p.245-264.

_____. Rádios comunitárias: entre controvérsias, legalidade e repressão. **Portal Mídia Cidadã**. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco-Umesp, 2005. Disponível em:
http://www2.metodista.br/unesco/agora/agora_agora.htm . Acesso em: 02 mar.2006.

PRÓSPERO, Daniele. **A formação de jovens protagonistas em projetos de jornalismo comunitário em São Paulo**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 2005. 120 f. Monografia (Especialização em Jornalismo Social).

¿QUÉ HACE QUE UNA ESTACIÓN DE RADIO SEA COMUNITARIA? Asociación Mundial de Radios Comunitarias. Quebec, Canadá: AMARC, [s./d.]. Disponível em:
<http://wiki.amarc.org> . Acesso em: 01 mar. 2006

RUAS, Claudia M.Stapani. **Rádio comunitária: uma estratégia para o desenvolvimento local**. Campo Grande: UNIDERP, 2004.

SILVA, Maria Terezinha da. **Gestão e mediações nas rádios comunitárias: diagnóstico do estado de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2005. 263 f.Dissertação (Mestrado em Educação).

SOARES, Ismar de Oliveira. Mas, afinal, o que é educomunicação? **Núcleo de Comunicação e Educação da ECA-USP**. São Paulo: NCE, [s./d.]. Disponível em:
www.usp.br/nce/aeducomunicacao/saibamais/textos/. Acesso em: 28 fev.2006.

UNESCO. Centros Multimedia Comunitarios. Paris: UNESCO, s./d.